

FREDERICO BUSSINGER: FLA-FLU CONSPIRA CONTRA LIGAÇÃO SECA SANTOS-GUARUJÁ

Se em 2019 o pêndulo do Fla-Flu parecia pender para a ponte, então também objeto de campanha, ao que parece pende agora para o túnel. A propósito, pouco se tem ouvido falar da ponte: desistência, hibernação ou recuo tático?

Por *Frederico Bussinger*



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.129390:1606242520/Ilustrac-o-Arte-Padron-Porto-Mar-Coluna.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=4d2e0d0&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.129390:1606242520/Ilustrac-o-Arte-Padron-Porto-Mar-Coluna.jpg?f=2x1&pf=4d2e0d0&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Frederico Bussinger: Fla-Flu conspira contra ligação seca Santos-Guarujá (Ilustração: Padron)

reafirmou sua preferência por túnel para a segunda ligação seca trans-estuarina na Baixada Santista (a primeira é a Rod. Piaçaguera-Guarujá).

Ademais, instado pela Dep. Rosana Valle, apoiadora da campanha “Vou de Túnel” (iniciativa de 30 empresas), confirmou que o projeto integra os estudos para desestatização da APS (exCodesp), prevista para 2022.

As notícias e o apoio (de peso) repercutiram de imediato: apoiadores do túnel passaram a bater bumbo pelas redes sociais. Entre eles, alguns que, até há pouco, eram entusiastas da ponte: i) por imaginarem que túnel ou ponte virá sem ônus para usuários do porto e/ou para a população: “cavalo dado não se olha os dentes”; ii) daí, sonharem ambos sendo implantados paralelamente (por isso ora apoiam um, ora outro); iii) ou, quiçá, por praticarem o “hay gobierno, soy a favor”!

Assim, se em 2019 o pêndulo do Fla-Flu parecia pender para a ponte, então também objeto de campanha, ao que parece pende agora para o túnel. A propósito, pouco se tem ouvido falar da ponte: desistência, hibernação ou recuo tático?

Curioso é que até a caracterização do projeto foi alterada: a alternativa ponte, tratada pelo governo estadual, era a “Interligação entre SP-150 e SP-055” (Rod. Anchieta e Cônego Domênico Rangoni). Já o túnel, agora no bojo da desestatização (federal), passou a ser “Margem Direita-Esquerda” ou, de novo, “Santos-Guarujá”. Essas diferenças, explicáveis, mais que semânticas, têm implicações sobre sua modelagem e estruturação econômico-financeira.

Os cerca de R\$ 3 bi de CAPEX da ponte seriam bancados pela Ecovias que, em contrapartida, teria o contrato de concessão do SAI (e eventualmente de outras concessões) ampliado por “n” anos, via um 18º aditivo. Assim, em inexistindo pedágio específico para a ponte (como insinuado pela concessionária), investimentos seriam arcados pelos pedágios rodoviários: o mecanismo ficara claro, mas a viabilidade jurídico-regulatória ainda a construir.

Já o do túnel talvez só fique claro ao final dos estudos de desestatização, previstos para daqui a um ano. Por ora, apenas se sabe que pode ser uma das obrigações da concessão da APS. Como não deve haver filantropia, quatro origens/fontes são cogitáveis para o CAPEX: i) arrendamentos; ii) receitas acessórias (de ativos não operacionais ou de novos negócios a serem permitidos); iii) tarifas portuárias; ou iv) pedágio específico. A escolha da alternativa, individual ou conjugada,

precisará ser cuidadosa, em sendo premissa não se onerar os custos portuários e/ou assimetrias concorrenciais entre arrendamentos e terminais de uso privados (TUPs).

A par das atividades portuárias e seus fluxos, hoje no centro do picadeiro, importante lembrar que há inúmeras questões e variáveis relativas à mobilidade urbana e regional: até agora mera figurante, apesar de potencialmente ser a grande usuária da 2ª travessia seca, segundo estudos de demanda.

Em alguns casos, até aprovação parlamentar em 2 legislaturas distintas. No Brasil, tornou-se bordão que tais planos devam ser de estado, não de governo, certo? Pois ironicamente, no caso da travessia, para solução de um problema ainda não perfeitamente definido e “pacificado”, há não uma, mas duas estratégias governamentais paralelas. E alimenta-se um Fla-Flu a revelar mais interesse em promoções e confrontos que na busca de alinhamento das diversas partes interessadas (“stakeholders”): pode-se alimentar esperanças?

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 27/11/2020

RELAÇÃO PORTO-CIDADE EM DEBATE - INSCRIÇÕES ATÉ O PRÓXIMO DIA 30

Os prefeitos que vão comandar as cidades portuárias da região – Santos, Guarujá e Cubatão – nos próximos quatro anos e o diretor-presidente da SPA, Fernando Biral, vão se reunir para debater a relação Porto-Cidade e como os municípios e o complexo marítimo podem se desenvolver juntos.

Esse encontro – o primeiro desde a eleição dos dirigentes, no último dia 3 – ocorrerá durante o Porto & Mar 2020 – Seminário A Tribuna para o Desenvolvimento do Porto de Santos, que acontecerá na próxima terça-feira, no recém-inaugurado Santos Convention Center, na Ponta da Praia. O evento é realizado pelo Grupo Tribuna.

O seminário terá início às 9 horas, com uma solenidade de abertura. O debate entre os prefeitos e o presidente da SPA ocorrerá às 14 horas, no painel 2021-2024: Uma nova relação porto-cidade na região.

O prefeito eleito de Santos, Rogério Santos, e os reeleitos Ademário Oliveira, de Cubatão, e Válter Suman, de Guarujá, são presenças confirmadas no evento, quando poderão falar sobre seus planos para o setor portuário – o complexo marítimo santista conta com áreas nas três cidades, que também têm zonas retroportuárias.

Também participará do painel o representante da Autoridade Portuária de Antuérpia no Brasil, Matheus Dolecki. A administradora é uma empresa privada controlada pela Prefeitura de Antuérpia, modelo adotado de modo a garantir uma gestão célere para o complexo. Além disso, desenvolve vários projetos com sua comunidade, especialmente no desenvolvimento de novas tecnologias e na melhoria dos sistemas de transporte locais.

PROGRAMAÇÃO

O Porto & Mar também discutirá outros assuntos, como o processo de desestatização da administração portuária santista. No painel O Futuro do Porto de Santos: Desestatização e Novas Investimentos, às 9 horas, será discutido o trabalho já iniciado pelo consórcio contratado pelo BNDES, para estudar o melhor modelo de gestão a ser implantado no complexo marítimo nessa nova fase.

Os planos do Governo Federal para o setor serão abordados pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, em palestra programada para às 11 horas.

Às 16 horas, haverá o painel PCS – Port Community Systems e, às 18 horas, o presidente da Compass Gás e Energia, Nelson Gomes, fará a palestra de encerramento Brasil, os próximos desafios.

INSCRIÇÕES

Para participar do Porto & Mar 2020 e acompanhar seus debates e palestras no Santos Convention Center, os interessados devem se inscrever pelo site atribuna.com.br/eventos/portomar até o próximo dia 30. A taxa de inscrição é de R\$ 400,00, e as vagas são limitadas – a ocupação do espaço foi planejada levando em conta a necessidade de distanciamento e segurança sanitária.

Inaugurado no final do mês passado, o Santos Convention Center fica na Praça Almirante Gago Coutinho, 29, nan Ponta da Praia.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 27/11/2020

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 27/11/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviarios

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 27/11/2020



PORTAL PORTO GENTE

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 27/11/2020

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 27/11/2020

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 27/11/2020



O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

FRANÇA ENCOMENDA 10 NAVIOS-PATRULHA OCEÂNICOS



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/A69-768x494.jpg>

Os novos Patrouilleur Océaniques vão substituir os avisos A69

A Direção-Geral de Armamento (DGA) em 23 de outubro de 2020 concedeu um acordo-quadro aos estaleiros Piriou, CMN e Socarenam para o estudo, desenvolvimento, construção e manutenção inicial em condição operacional (MCO) de dez navios-patrolha oceânicos (Patrouilleur Océaniques – PO) para a Marinha Francesa. O Naval Group é

o arquiteto geral, responsável pelo design dos navios.

A produção dos POs ocorrerá entre 2022-2023. A lei de programação militar 2019-2025 prevê a entrega dos dois primeiros navios em 2025.

O projeto e a construção dos POs apoiarão entre 50 e 100 empregos altamente qualificados e não realocáveis ??durante a fase de projeto, e entre 500 e 600 empregos por ano durante a fase de produção, tanto para os fabricantes selecionados quanto para seus muitos subcontratados na França.

Num contexto marcado pelo aumento do tráfego marítimo e pelo aumento das ameaças no mar, os POs realizarão apoios dissuasores, avaliação de situação autônoma em áreas de soberania ou interesse, escolta de unidades valiosas ou vulneráveis, evacuação de nacionais, soberania e protecção de interesses nacionais nas abordagens marítimas e ação do Estado no mar.

O objetivo do programa é ter embarcações de combate multi-missão, com melhor capacidade de consciência situacional do que as atualmente em serviço (com sistema de gerenciamento de combate, radar, sonar, links de dados táticos, sensores infravermelhos, helicóptero, drone, nova geração drone), uma capacidade de autodefesa contra ameaças assimétricas e sistemas de comunicação eficientes. O programa também incorpora uma meta geral de eficiência energética.

Offshore Patrol vessel (PO)

- Key Figures**
 - Displacement : around 2000 T
 - Length : around 90 m
 - Speed : 22 kts
 - Autonomy : 5500 Nm / 40 days
 - Crew : 50
- Sensors & Weapons**
 - Surface-air and navigation radars, IFF
 - Sonar
 - Combat Management system
 - EO/IR
 - 1 RapidFire 40mm, machine-guns
- Equipments**
 - 3 rhibs
 - Modular capacity : 1 TEU container
 - Retention room
 - Deck-landing for 1 medium helicopter ou UAV

- 10 ships (2025-2029)
 - Based in Metropolitan France
- Design in progress
- Lifetime : 35 years
- Activity: 140 days at sea / year ; 220 possible
- Required availability: 300 days a year

<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Eur-onaval-First-details-of-the-Patrouilleurs-Oceanique-PO-platform-unveiled-2-768x445.jpg>

O programa Patrouilleur Océaniques permitirá a renovação completa dos barcos de patrulha estacionados na França metropolitana, incluindo os barcos de patrulha de alto mar (PHM) baseados em

Brest e Toulon, e os barcos de patrulha de serviço público (PSP) baseados em Cherbourg. Os futuros POs retomarão todas as suas missões de defesa territorial e segurança marítima, com extensão de suas capacidades, em particular graças à capacidade de acomodar um drone ou um helicóptero.

A estratégia de aquisição escolhida é baseada em um acordo-quadro habilitado por vários contratos subsequentes. Atendendo à natureza das missões que serão atribuídas aos POs, pretende-se valorizar as competências industriais nacionais nas áreas do desenvolvimento, construção e equipamento naval. O programa terá duas fases: uma fase de concepção/desenvolvimento, que acaba de ser lançada, seguida de uma fase de produção.

O primeiro contrato, adjudicado ao Naval Group, diz respeito a uma análise de valor bem como às atividades de projeto que serão realizadas a um custo objetivo.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 26/11/2020

PRODUTOS AGROPECUÁRIOS RESPONDEM POR 21% DA MOVIMENTAÇÃO DOS PORTOS BRASILEIROS



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/acf38-0ca52dd3-da22-4a45-8450-d781dbd43001_mobile.jpeg

As informações estão no Boletim Logístico, divulgado esta semana pela Companhia Nacional de Abastecimento.

A participação dos produtos agropecuários na movimentação de cargas nos portos brasileiros passou de 16% em 2019 para 21% em 2020, apesar das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19. Até o mês passado, a circulação de produtos

agropecuários chegou a 175 milhões de toneladas. Os dados se referem aos primeiros dez meses dos dois anos. Nesse período, a movimentação total de cargas nos portos brasileiros foi de 850 milhões de toneladas. Essa quantidade é 3,7% maior do que a registrada no mesmo período do ano passado.

As informações formam as análises compiladas no Boletim Logístico, divulgado esta semana pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O estudo foi feito com base em dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) até o terceiro trimestre de 2020.

O Brasil possui 34 portos públicos e 147 terminais de uso privado (TUP), responsáveis pela movimentação marítima e fluvial de 80% das mercadorias consumidas diariamente. De toda a movimentação, 65,5% são realizadas nos TUP's e 34,5% nos portos organizados.

Os dados do Boletim Logístico revelam o impacto dos produtos agrícolas nas exportações brasileiras. Até o mês passado, o setor registrou um superávit na balança comercial de US\$ 75,5 bilhões: US\$ 85,8 bilhões (exportações) e US\$ 10,4 bilhões (importações). Segundo o Ministério da Economia, em outubro, as exportações brasileiras atingiriam US\$ 210,7 bilhões, sendo que a participação do agronegócio chegaria a metade desse total.

No setor agropecuário, o complexo soja tem o maior valor acumulado de todas as cadeias – 39,2% do total -, seguido pelas carnes com 16,4%. Confira aqui a íntegra do Boletim Logístico.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 26/11/2020

GOVERNO FEDERAL AFIRMA QUE VAI DESENVOLVER A MINERAÇÃO PARA DESENVOLVER O BRASIL



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Ministro-de-Minas-e-Energia-Bento-Albuquerque-1020x480-1-768x361.jpeg>
Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque – crédito: divulgação

O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou nesta 3ª feira (24/11) que o

governo federal estabeleceu agenda especial para promover “o desenvolvimento da mineração para o desenvolvimento do país”. Ele se referiu ao Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD), anunciado em setembro, com dez planos e 110 metas a serem cumpridas até 2023.

“Por este programa queremos mais do que o crescimento da mineração, queremos o crescimento do país”, disse por meio de vídeo apresentado na solenidade de abertura da EXPOSIBRAM 2020 – Expo & Congresso Brasileiro de Mineração, o mais relevante evento do setor na América Latina, realizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

O governo, segundo ele, considera os resultados apresentados pela indústria da mineração comprovação do potencial do setor em prestar suporte ao desenvolvimento sustentável da nação. Em seu pronunciamento, Bento Albuquerque, citou dados oficiais e também os compilados pelo IBRAM, até setembro deste ano:

“Considerando levantamentos até setembro, há resultados que merecem destaque:

- o saldo da balança comercial do setor mineral foi de US\$ 20,9 bilhões, alavancado principalmente por minério de ferro e ouro, em um cenário de balança comercial nacional de US\$ 43,9 bilhões;
- o total de arrecadação para os cofres públicos (pelas mineradoras) foi de quase R\$ 43,5 bilhões, o que corresponde a uma média mensal pouco abaixo dos valores de 2019;
- a arrecadação de CFEM (compensação financeira pela exploração de recursos minerais) no 3º trimestre de 2020, de R\$ 1,4 bilhão, já supera os valores de todos os trimestres anteriores;
- o segmento de agregados para a construção civil registrou surpreendente crescimento, mesmo com limitações impostas pela crise da covid-19, e houve elevação na criação de empregos;
- a estimativa de investimentos para o período 2020-2024 supera os US\$ 37 bilhões, o que é cerca de 35% superior se comparado ao estimado para o período 2019-2023”, mencionou o ministro.

“Tais registros bem expressam a pujança do setor e a atuação das mineradoras, bem como dos demais agentes da cadeia produtiva, assumindo seu preponderante papel de base do desenvolvimento do país, como a indústria que abastece as indústrias”, acrescentou.

Bento Albuquerque cumprimentou o IBRAM pela sua ação propositiva de construir “pontes com o Ministério de Minas e Energia para a superação dos desafios e obtenção dos resultados alcançados pela mineração”. Ele externou o “reconhecimento a todos os dirigentes das organizações associadas (ao Instituto), que têm cumprindo importante missão de gerar riquezas para o país e proporcionar prosperidade para a nossa sociedade”.

O ministro também ressaltou o desempenho da indústria da mineração no período da pandemia do novo coronavírus, em que as expectativas no Brasil e no mundo estavam fragilizadas: “felicito o setor por ter se mantido como uma das importantes bases da economia do país, destacando-se

como principal segmento dentre os vencedores da pandemia, segundo avaliação do governo federal”. Ele se referiu ao fato de as mineradoras terem conseguido manter a produção e, ao mesmo tempo, tomar medidas eficazes para proteger a saúde dos trabalhadores, fornecedores, bem como de outras pessoas com as quais mantém relacionamento.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 26/11/2020

EXPORTAÇÕES DOS CAFÉS DO BRASIL ATINGEM 4,1 MILHÕES DE SACAS EM OUTUBRO E BATEM RECORDE

As exportações dos Cafés do Brasil em outubro de 2020 registraram novo recorde histórico para o mês, ao atingirem 4,1 milhões de sacas de 60kg, volume 11,5% maior do que em outubro de 2019. O café arábica foi responsável por 81,4% dos embarques com 3,3 milhões de sacas, um aumento de 12,4% se comparado com outubro do ano passado. O café conilon teve uma participação de 11,5%, com a exportação de 471,8 mil sacas, número que representa um aumento de 31,4%, nos mesmos termos comparativos. O café solúvel foi responsável por 7,1% das exportações com volume equivalente a 288,4 mil sacas.

A receita cambial gerada pelas exportações dos Cafés do Brasil no mês de outubro de 2020 foi de US\$ 509,6 milhões, um aumento de 8,5% se comparada à receita gerada em outubro do ano passado. Esse aumento se torna ainda mais expressivo se convertermos o valor em reais, considerando a cotação média do dólar de aproximadamente R\$ 5,63 no mês de outubro de 2020, tendo a receita das exportações em moeda brasileira atingido por volta de R\$ 2,9 bilhões, a maior receita dos últimos cinco anos que registrou um expressivo aumento de 49,4% se comparada a outubro de 2019. A receita cambial gerada com as exportações dos Cafés do Brasil, nos dez primeiros meses de 2020, foi de US\$ 4,4 bilhões, com uma alta de 3%. Na conversão em reais, o valor foi equivalente a R\$ 22,7 bilhões, o que representa um crescimento de 35,2%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Ao analisarmos os números do atual ano civil, janeiro a outubro de 2020, é possível verificar que, apesar do ano atípico e com fatores imprevisíveis, o volume e a receita das exportações brasileiras de café são os maiores dos últimos cinco anos. Nos dez primeiros meses de 2020 o Brasil exportou 35 milhões de sacas de café, com um aumento de 1,9% se esse volume for comparado ao do mesmo período do ano passado. O café arábica teve participação de 78,4% nas exportações de 2020, com 27,5 milhões de sacas, já os embarques de café conilon corresponderam a 12% do total, com 4,2 milhões de sacas, e, com 9,5% dos embarques, o café solúvel exportou o equivalente a 3,3 milhões de sacas. Vale destacar o aumento de 23,4% nas exportações de café conilon se comparado ao mesmo período do ano passado.

Vale destacar, conforme os dados divulgados pelo Cecafé, no Relatório mensal outubro 2020, os dez principais destinos das exportações dos Cafés do Brasil, de janeiro a outubro de 2020, num ranking em ordem decrescente. Em primeiro colocado, figuram os Estados Unidos, que importaram 6,4 milhões de sacas de café, as quais correspondem a 18,4% do total vendido no período; depois vem a Alemanha, com 5,9 milhões de sacas importadas (16,8%); Bélgica, em terceiro, com 2,9 milhões de sacas (8,2%); Itália, na sequência, com 2,5 milhões de sacas (7,3%); e Japão, em quinta colocação, com 1,8 milhão de sacas (5,1%).

Na sequência, na sexta posição, vem a Turquia, com 1,1 milhão de sacas (3,2%); Federação Russa, em sétimo, com 1 milhão de sacas (2,9%); México – oitavo – com 897 mil sacas (2,6%); a Espanha, nona colocada, com 784 mil sacas (2,2%); e, por fim, o Canadá, em décimo lugar, com a importação de 708 mil sacas, volume físico que corresponde a 2% das exportações dos Cafés do Brasil no período em foco. Neste contexto, merece destaque o fato de a Bélgica ter apresentado aumento nas aquisições do café brasileiro nesse período em torno de 33,5%.

Os números e demais dados da performance das exportações dos Cafés do Brasil que permitiram realizar esta análise, entre várias outras informações relevantes do setor, constam do Relatório mensal outubro 2020, do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil – Cecafé, o qual está disponível na íntegra no Observatório do Café do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café.

Com relação especificamente aos cafés diferenciados – que são os cafés que têm qualidade superior ou algum tipo de certificado de práticas sustentáveis – o Brasil exportou 6 milhões de sacas de 60kg, no período de janeiro a outubro de 2020, esse volume representou 17,2% do total exportado dos Cafés do Brasil no ano, gerando uma receita cambial de US\$ 980,4 milhões, responsável por 22,16% de toda a receita cambial gerada com as exportações dos Cafés do Brasil no corrente ano civil.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 26/11/2020

PORTO DE RECIFE – 22.835 TONELADAS DE FERTILIZANTES



[https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/img_1454-](https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/img_1454-768x512.jpg)

[768x512.jpg](https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/img_1454-768x512.jpg)

Foto: Coordenadoria de Imprensa do Porto do Recife

Os navios panamenhos Atlantic Bulker, que chegou nesta segunda-feira (23/11), e Kambos, atracado desde terça-feira (24/11), passaram pela capital pernambucana para desembarcar toneladas de fertilizantes.

Em operação durante 3 dias, o Atlantic Bulker, proveniente de Maceió, realizou a descarga de

10.750 toneladas de fertilizantes russos. A operação consiste no desembarque do produto direto para os caminhões, que saem do terminal levando a carga até o seu destino.

No Kambos a operação aconteceu da mesma forma, mas com uma duração de 2 dias para descarga de 12.085 toneladas. Juntas as embarcações movimentaram 22.835 toneladas da carga. A movimentação de fertilizantes já supera as 132 mil toneladas este ano. O produto atende a demanda da produção agrícola do Estado, servindo de adubo para a lavoura.

Ambas as embarcações estão previstas para desatracar na tarde de hoje (26/11), com destino para o Maranhão e o Paraná.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 26/11/2020

CARGILL PERDE O TÍTULO DE MAIOR EMPRESA PRIVADA DOS EUA

A Cargill caiu para a segunda posição na lista anual das maiores empresas privadas dos EUA compilada pela Forbes.

A Koch Industries suplantou a Cargill Inc. como a maior empresa privada dos Estados Unidos pela primeira vez em 13 anos.

É apenas a terceira vez nos 35 anos de história da Forbes de classificar empresas privadas dos EUA que a Cargill, com sede em Minnetonka, não foi a maior.

A Forbes classifica as empresas por suas vendas anuais e a diferença entre a Koch e a Cargill é relativamente estreita – apenas US \$ 400 milhões.

Koch Industries, um conglomerado baseado em Wichita, Kan. com interesses em energia, produtos químicos e muitos outros setores, teve uma receita estimada de US \$ 115 bilhões em 2019, representando um crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior. A Cargill registrou receita no ano fiscal de 2020 de US \$ 114,6 bilhões, um aumento de US \$ 1,1 bilhão em relação ao ano anterior.

A Cargill, como uma das maiores empresas de alimentos e agricultura do mundo, enfrentou uma série de desafios no ano passado, incluindo a guerra comercial EUA-China, a febre suína africana e – para piorar tudo – uma pandemia que afetou sua força de trabalho global de 155.000 pessoas de várias maneiras.

“Este foi um ano que testou todas as suposições: sobre como os mercados e as cadeias de suprimentos funcionam em uma era de interdependência global; sobre o que significa realmente entregar para clientes, consumidores e comunidades; e sobre como as empresas podem e devem operar em uma crise”, disse Dave MacLennan, presidente-executivo da Cargill, no relatório anual da empresa.

Koch tem uma presença considerável em Minnesota. Ela é proprietária da Refinaria Flint Hills Pine Bend em Rosemount, a maior refinaria do estado.

A Cargill estreou no primeiro lugar com receita de US \$ 30 bilhões em 1985, quando a Forbes começou a publicar uma lista de empresas privadas.

A lista de empresas privadas é um pouco mais restrita do que as classificações de empresas públicas. Os números das receitas são extraídos de divulgações voluntárias, registros da Securities and Exchange Commission – que são exigidos em casos de dívida negociada publicamente – e estimativas de pesquisadores da Forbes e fontes externas.

Há apenas uma empresa em Minnesota maior do que a Cargill: o UnitedHealth Group, de capital aberto, com receita de US \$ 242,12 bilhões.

Segundo a Cargill, ela reinveste em média 80% de seu fluxo de caixa operacional na empresa.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 26/11/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

TELES COBRAM TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO NA DEFINIÇÃO DE TECNOLOGIA DO 5G

Após semanas de sinalizações de alinhamento com os Estados Unidos por parte do governo Jair Bolsonaro na política de banir a chinesa Huawei do 5G, as principais teles que atuam no País decidiram cobrar transparência nas decisões a respeito da tecnologia. Preocupadas com as “incertezas” no processo, o Conexis Brasil Digital divulgou nota oficial em que pede para que as operadoras participem das discussões e pregou que elas sejam feitas de forma ampla e a partir de critérios técnicos.

“Diante do nosso papel fundamental na implementação da tecnologia no País, e preocupadas com as incertezas geradas por essas discussões, ressaltamos a necessidade de transparência de todo o processo, prezando assim pelo princípio fundamental da livre iniciativa presente em nossa Constituição Federal”, diz a nota do Conexis Brasil Digital. “Esse ambiente de incertezas pode impactar o desempenho do setor, pois eventuais restrições implicarão potenciais desequilíbrios de custos e atrasos ao processo, afetando diretamente a população.”

Na nota, as empresas não citam a empresa chinesa, mas mencionam preocupações com preço, escala e inovação, que são características atribuídas à Huawei, líder mundial no 5G.

“Questões como preço, escala mundial e inovações tecnológicas dos fornecedores hoje presentes no País são determinantes para que as melhores soluções e custos competitivos do serviço possam ser oferecidos pelas operadoras aos cidadãos”, diz a nota.

Também sem fazer referência direta à Huawei, as operadoras destacam que “todos os fornecedores globais já atuam no País nas tecnologias 4G, 3G e 2G”.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estima que a empresa chinesa esteja em algo entre 35% a 40% das redes brasileiras atualmente em operação. As operadoras, no entanto, afirmam que essa fatia é ainda maior, de 45% a 65% entre as maiores, e de até 100% dependendo da região.

No Reino Unido, o banimento à Huawei custará 250 milhões de libras, cerca de R\$ 1,8 bilhão, para substituir os equipamentos da companhia pelos de outros fornecedores. No Brasil, os gastos associados a uma decisão como essa ainda não foram levantados, mas a decisão pode atrasar o 5G e comprometer os serviços já prestados, dizem as teles.

“Uma eventual restrição a fornecedores do 5G pode atingir também a integração com a infraestrutura já em operação, com consequências diretas nos serviços oferecidos e custos associados, mais uma vez prejudicando os cidadãos brasileiros usuários dessa infraestrutura”, diz a nota. “É necessário ainda ressaltar que as operadoras, em sua grande maioria, são empresas de capital aberto e a transparência das discussões é fundamental para gerar segurança aos investidores e seguir atraindo novos investimentos para o País.”

As teles afirmam ainda que podem contribuir com sua expertise técnica nos debates sobre a nova tecnologia e sobre a política pública para o 5G. Até agora, as discussões no governo acontecem a portas fechadas, sem a participação das empresas.

“As principais operadoras do País possuem ampla expertise técnica e grande experiência nos mais elevados e críticos quesitos de privacidade e segurança de rede, e podem contribuir com soluções técnicas eficazes nas discussões que envolvem toda nossa cadeia de produtos e serviços, preservando a segurança do País”, diz a nota. “Por fim, cumpre-nos destacar que representamos cerca de 4% do PIB e já investimos no País mais de R\$ 1 trilhão de reais desde a privatização, o que nos permitiu dar uma resposta robusta à atual crise. Somos um setor que emprega quase dois milhões de profissionais, diretos e indiretos, e um dos que mais contribuem com pagamentos de tributos ao erário público.”

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 27/11/2020

VALE CONSEGUE LICENÇA PARA RETOMAR OPERAÇÕES EM SERRA LESTE, NO PARÁ

A Vale recebeu nesta sexta-feira, 27, a Licença de Instalação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade para retomar as atividades das operações da sua unidades em Serra Leste, no município de Curionópolis, no Pará.

As operações estão paralisadas desde janeiro de 2019, após a mineradora ter atingido o limite da área até então licenciada para extração de minério de ferro.

Segundo informa a Vale em comunicado, nas próximas semanas serão realizadas manutenções para retomada segura das atividades em dezembro.

Serra Leste tem capacidade de produção de 6 milhões de toneladas métricas anuais (Mpta), e a expectativa é de produzir entre 4 e 5 Mpta em 2021, atingindo a plena capacidade em 2022.

A mineradora ainda tem um projeto de expansão para a usina, que prevê uma adaptação e repotencialização, com a capacidade passando para 10 Mpta. A Vale pretende começar o projeto no primeiro semestre de 2023.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 27/11/2020



EXTRA ONLINE

AÇO BRASIL MELHORA PERSPECTIVA PARA SIDERÚRGICAS EM 2020, PREVÊ CRESCIMENTO EM 2021

Por Alberto Alerigi Jr.

SÃO PAULO (Reuters) - A indústria produtora de aço do Brasil voltou a melhorar suas perspectivas para este ano, apostando agora em um crescimento modesto nas vendas no país e expansão de 5,3% em 2021, segundo dados da entidade que representa as siderúrgicas divulgados nesta sexta-feira.

O setor agora espera que as vendas de aço no país cresçam 0,5% em 2020, para 18,9 milhões de toneladas, avançado para 19,9 milhões em 2021, informou o Instituto Aço Brasil a jornalistas. Em setembro, a expectativa era de alta de 3,1% nas vendas neste ano.

No auge dos impactos das medidas de isolamento social, em abril, o setor siderúrgico chegou a esperar que as vendas de aço no Brasil este ano despencassem 19%. Mas com a flexibilização da quarentena em vários Estados e o retorno da atividade econômica, a entidade foi melhorando as expectativas ao longo do ano.

Embora alguns setores da economia, como construção civil e segmentos de máquinas e equipamentos venham reportando problemas no abastecimento de aço no mercado interno, executivos do Aço Brasil afirmaram que o fornecimento está caminhando para a normalidade e que não existe risco de faltar o insumo no país.

"Zero possibilidade de desabastecimento...A prioridade é abastecer o mercado interno", disse o presidente-executivo do Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, em apresentação online a jornalistas.

Representantes da entidade devem se reunir com o presidente Jair Bolsonaro nesta tarde em uma pauta que deve discutir justamente os relatos de problemas no abastecimento de aço. Segundo Lopes, o setor trabalha atualmente com um índice de ocupação de sua capacidade instalada de 68,4%, abaixo dos 80% que a indústria siderúrgica considera ideal. Em outubro, o indicador estava em 64,9%, depois de atingir 42% em abril. A capacidade total de produção do setor siderúrgico é de 51 milhões de toneladas por ano.

Lopes voltou a afirmar que o país enfrentou um esgotamento dos estoques durante a pandemia e, quando a atividade econômica voltou a crescer, o consumo interno de aço foi exacerbado pela necessidade de reposição desses estoques, situação que, segundo ele, "está caminhando para a normalidade".

Parte das críticas recebidas pelo setor envolveu também seguidos reajustes nos preços do aço no mercado interno, algo que no acumulado do ano chegou a cerca de 40% de incremento em alguns tipos de ligas, segundo informam fabricantes de máquinas. O mais recente aumento, em novembro, foi de cerca de 10%.

Questionado se o setor vai defender a necessidade de novos reajustes na reunião com Bolsonaro, Lopes afirmou que a entidade não vai tratar de preços no mercado interno com o presidente.

Segundo ele, a eleição do democrata Joe Biden para a presidência dos Estados Unidos deve criar oportunidades para o Brasil negociar uma flexibilização no regime de cotas de importação imposto desde o início do governo de Donald Trump.

"A expectativa é que, com a nova administração, poderemos ter espaço para renegociar...Pelo menos que se retire o semiacabado (do regime de cotas)", disse Lopes. Aços semiacabados são considerados uma matéria-prima da indústria da transformação e, segundo o Aço Brasil, o setor

industrial norte-americano precisa do material produzido no país para se abastecer. O Brasil é o maior exportador de aço semiacabado para os EUA.

Fonte : Extra Online

Data : 27/11/2020

ARC MERCOSUL REDUZ PREVISÕES PARA SOJA E MILHO 20/21 DO BRASIL POR EFEITOS DA SECA

Por Nayara Figueiredo

SÃO PAULO (Reuters) - A produção brasileira de soja 2020/21 deve atingir 128,34 milhões de toneladas, estimou a ARC Mercosul reduzindo sua previsão em cerca de 800 mil toneladas em função dos efeitos da seca nas lavouras da oleaginosa, fato que também motivou um ajuste negativo nas expectativas para o milho.

A consultoria também baixou sua previsão para a área de plantio de soja a 38,25 milhões de hectares, ante 38,43 milhões de hectares vistos anteriormente.

"Tanto no Paraná quanto no Centro-Oeste como um todo, os produtores conseguiram compensar ou tirar grande parte do atraso causado pela seca em setembro... (isso) não significa que a produtividade vai ser a mesma", disse à Reuters o diretor da ARC, Alexandre Inácio.

Ele disse que em Mato Grosso, principal Estado produtor da oleaginosa, as chuvas de setembro, necessárias para dar a largada na semeadura, ficaram 75% abaixo da média do ano passado -- quando a temporada já teve um início mais seco.

Com disso, uma parcela das primeiras lavouras plantadas em 2020/21 não se desenvolveu e os produtores precisaram realizar replantio.

"Agora está chovendo, o que permitiu que a semeadura alcançasse os níveis do ano passado, mas as precipitações seguem irregulares e com volume menor... E o que vem pela frente também não nos anima", comentou.

Inácio também ressaltou que em dezembro, com a chegada do verão, as temperaturas tendem a aumentar, o que criaria um novo problema para a produtividade, caso as chuvas sigam abaixo da média.

"A produtividade dos Estados do Centro-Oeste como um todo tende a cair, porque a necessidade de água das plantas pode não ser condizente com as precipitações que estão previstas até o fim do ciclo", explicou.

No milho, a estimativa da ARC é de que a produção total do Brasil alcance 106,5 milhões de toneladas em 2020/21, volume abaixo da previsão anterior de 107 milhões de toneladas. A expectativa de área se manteve estável em 18,44 milhões de hectares.

"Acreditamos que algumas regiões devam ter um aumento da área plantada por conta dos preços, porém, em outras regiões também vamos encontrar uma queda de produtividade por conta do atraso no plantio da soja que compromete a janela de plantio da safrinha", afirmou.

Ele explicou ainda que, se o plantio da segunda safra de milho ficar para fevereiro, aumenta muito o risco de não ter a chuva quando o cereal mais precisa, em meados de abril/maio, e compromete a produtividade.

"Mesmo assim, os preços estão muito bons e os sinais que temos é de que o produtor está disposto a correr mais riscos."

Fonte : Extra Online

Data : 27/11/2020

PREÇOS DO PETRÓLEO TÊM ALTA SEMANAL ANTES DE REUNIÃO DA OPEP+

Por Stephanie Kelly

NOVA YORK (Reuters) - Os preços do petróleo não tiveram direção comum nesta sexta-feira, mas registraram a quarta semana consecutiva de ganhos, antes de uma reunião da Opep+ marcada para o início da próxima semana.

O contrato janeiro do petróleo Brent fechou em alta de 0,38 dólar, a 48,18 dólares por barril, enquanto o vencimento mais ativo, para fevereiro, avançou 0,46 dólar, a 48,25 dólares o barril.

Os contratos futuros do petróleo dos Estados Unidos (WTI) fecharam em queda de 0,18 dólar, a 45,53 dólares/barril.

O Brent acumulou alta de 7,2% nesta semana, enquanto o WTI registrou ganho de 8% no período.

Notícias otimistas sobre potenciais vacinas contra Covid-19 da AstraZeneca e outros laboratórios deram impulso aos mercados. No entanto, questões foram levantadas sobre a "vacina para o mundo" da AstraZeneca, com diversos cientistas pregando cautela quanto aos resultados dos testes.

"Embora o lançamento de uma vacina bem sucedida deva quebrar o vínculo entre infecção e mobilidade, mesmo assim a demanda global por petróleo provavelmente só atingirá seu nível pré-pandemia em meados de 2022", disse o JP Morgan.

(Por Stephanie Kelly, em Nova York; reportagem adicional de Ahmad Ghaddar, em Londres, e Aaron Sheldrick, em Tóquio)
(Reporting by Nayara Figueiredo)

Fonte : *Extra Online*

Data : 27/11/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

REGULAÇÃO DEVE RESPONDER À MAIOR COMPETIÇÃO GLOBAL POR INVESTIMENTOS, DEFENDE SYMONE ARAÚJO

Por epbr - 27 de novembro de 2020 - Em Ao vivo, Mercado de gás, Política energética

A nova diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), Symone Araújo, defendeu que a regulação sob responsabilidade da agência precisa fazer frente ao novo momento de abertura dos mercados de gás natural, refino e distribuição de combustíveis, em um contexto de maior restrição de investimentos.

"A pandemia da covid-19 imprimiu um ritmo maior de competição global por investimentos, trazendo a necessidade de acelerar as transformações em nossos mercados", afirmou em seu discurso.

A ANP realizou nesta sexta (27) a cerimônia de posse de Symone Araújo, que assumiu a posição em 10 de novembro.

"Faz-se necessário tornar as rodadas de licitação cada vez mais atrativas e de alguma forma revitalizar as atividades em áreas maduras no mar e contribuir para reativação das atividades no ambiente terrestre"

Symone Araújo foi diretora do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME) por 11 anos. É engenheira química pela Universidade Federal de Sergipe e doutora em

Ecologia, Conservação e Manejo de Recursos Naturais pela UnB. Fez carreira na administração e no ensino públicos.

Atuou diretamente, portanto, nas discussões sobre o marco legal do setor, que levou à aprovação da Lei do Gás na Câmara dos Deputados este ano (o texto está no Senado Federal).

Destacou que o mercado de gás natural demanda “uma intensa agenda regulatória, de forma a assegurar uma transição célere, segura para o ambiente concorrencial”.

Symone ressaltou o papel que as mulheres tiveram em sua vida, desde a sua infância no interior de Sergipe, e também das que atuam hoje no setor de energia, que estão abrindo portas para as novas gerações.

“Espero poder ser essa referência para minha amada neta Flora e que ela possa crescer em um mundo com menos desigualdades, mais diverso, mais justo e mais solidário e que os caminhos que ela tenha que trilhar sejam menos tortuosos”, afirmou.

Ela é a segunda mulher a assumir a posição de diretora durante os 22 anos desde a criação da ANP. A primeira, foi Magda Chambriard, diretora-geral que comandou a agência entre 2012 e 2016, indicada pela ex-presidente Dilma Rousseff.

O ministro Bento Albuquerque participou do evento, realizado no Rio de Janeiro, ao lado dos diretores da ANP, Raphael Moura, Cesário Cecchi, Felipe Kury e Dirceu Amorelli.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 27/11/2020

ANP RETOMA 17ª RODADA COM 92 BLOCOS OFFSHORE

Por Gustavo Gaudarde - 27 de novembro de 2020 - Em Mercado offshore, Rodadas

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou nesta sexta (27) o pré-edital e a minuta de contrato de concessão da 17ª rodada, que havia sido suspensa temporariamente em abril de 2020, devido à pandemia de covid-19. O governo pretende realizar o leilão em outubro do ano que vem.

A 17ª Rodada ofertará 92 blocos, em quatro bacias marítimas (Campos, Pelotas, Potiguar e Santos), com área total de 53,9 mil km². Foram incluídos blocos que podem conter jazidas localizadas além das 200 milhas náuticas, na extensão da Plataforma Continental brasileira.

A região, nas bacias de Campos e Santos, é uma nova fronteira do pré-sal brasileiro, que ainda precisa ter seu potencial exploratório testado por campanhas sísmicas e de perfuração.

Como está além dos limites do polígono do pré-sal, eventuais novos campos serão desenvolvidos pelo modelo de concessão, mas atrativo para as empresas atuais. Pelas regras atuais, toda área no polígono precisa ser contratada pelo regime de partilha, independente do porte das descobertas.

Consulta pública até janeiro

O pré-edital e a minuta do contrato de concessão permanecerão em consulta pública por 60 dias, até 28 de janeiro de 2021. A audiência pública será realizada em 3 de fevereiro, por videoconferência. A sessão pública de apresentação de ofertas da 17ª Rodada de Licitações está prevista para ocorrer em 7 de outubro de 2021.

Hoje também tem início o prazo para o pagamento da taxa de participação e para a inscrição na rodada, que se encerra após a publicação do edital, em 11 de agosto de 2021.

Com a apresentação do formulário eletrônico de inscrição, pagamento da taxa de participação e atendimento a demais condições previstas no pré-edital, as licitantes poderão ter acesso aos pacotes de dados técnicos selecionados pela ANP para a licitação.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 27/11/2020

JORNAL O GLOBO – RJ

PLANO DE PRIVATIZAÇÃO DE ESTATAL DO PRÉ-SAL VIRA MAIS UM FOCO DE TENSÃO NO GOVERNO

Paulo Guedes defende venda da PPSA para adiantar recursos da União em contratos de petróleo, mas Minas e Energia resiste

Por Manoel Ventura



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24768_187-fb2-ed0/FT1086A/652/x35797076_EC-Rio-de-Janeiro-RJ-27-08-2010-Cidade-Sao-VicenteCampo-de-Tupi.-Foto-Divulgacao-Pet.jpg.pagespeed.ic.sGYJ3LuBwU.jpg

Pré-sal. Plataforma da Petrobras: Guedes quer antecipar receita do petróleo Foto: Divulgação

BRASÍLIA - A privatização da Pré-Sal Petróleo S. A. (PPSA) — a estatal que gere os contratos de exploração dos

campos do pré-sal e que faz a comercialização do óleo que cabe à União —, desejo do ministro da Economia, Paulo Guedes, transformou-se em mais um foco de conflito da equipe econômica com outras áreas do governo. Neste caso, com o Ministério de Minas e Energia.

Junto com Eletrobras, Correios e a Companhia Docas de São Paulo (que administra o Porto de Santos), a PPSA faz parte das quatro grandes privatizações que Guedes quer implementar nos próximos meses para ajudar a reduzir o rombo nas contas públicas.

No entanto, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, um dos militares no alto escalão do governo, evita falar em privatização. Ele diz apenas estar disposto a estudar outras formas de comercializar a parcela do petróleo extraído em campos do pré-sal que cabe à União nos contratos de partilha firmados com petroleiras. A PPSA representa a União como sócia da petroleira que explora o campo.

A privatização é, na prática, uma megaoperação de antecipação de receitas porque a empresa em si vale quase nada. A PPSA estima que vai receber mais de R\$ 400 bilhões entre 2020 e 2032 com a comercialização do óleo-lucro dos 17 contratos existentes. O dinheiro não é da empresa, vai para os cofres do Tesouro. E esse valor não leva em conta a receita com royalties de petróleo.

Operação complexa

Por isso, a privatização significaria trazer uma receita futura a valor presente. Os ganhos de um eventual investidor privado na PPSA estariam em adiantar os recursos para a União agora e receber a partilha com as petroleiras ao longo do tempo. Para estruturar a venda, no entanto, seria necessário estudar, por exemplo, tendências de câmbio e de preços de referência para o barril de petróleo e estipular algum tipo de deságio.

O deságio é necessário já que o comprador assumiria o que hoje é risco da União: não saber exatamente qual será a taxa de câmbio, os preços do petróleo e do gás no futuro, além do próprio potencial de alguns campos ainda em exploração.

Por essas peculiaridades, há resistência no Ministério de Minas e Energia a uma operação desse tamanho. Há um receio de a União sair perdendo, além da possibilidade de se criar uma discussão jurídica e administrativa.

Guedes já falou que a empresa poderia render US\$ 100 bilhões. Para integrantes da equipe econômica, é possível falar em privatização da empresa porque a União venderia a um terceiro os seus contratos do pré-sal, com a devida autorização do Congresso Nacional.

Dentro da pasta da Economia, essa privatização é tratada como a grande possibilidade de pagar parte da conta criada com as medidas para combater a pandemia do novo coronavírus.

Comparação com Venezuela

Em um evento on-line com o mercado na segunda-feira, ao defender a privatização, Guedes chegou a falar que a PPSA poderia se tornar tão “corrupta” quanto a PDVSA, a estatal de petróleo da Venezuela, se não for vendida:

— A PPSA é uma empresa-portifólio. Ela só tem alguns contratos, uns 50 funcionários só. E tem lá bilhões, centenas de bilhões de contratos de petróleo. Então me parece razoável você pegar essa empresa antes que ela se torne uma PDVSA. Antes que ela se torne uma outra empresa petrolífera para controlar contratos que em outros países foram focos de corrupção generalizada. Esses acordos de partilhas não são acordos eficientes.

Minas e Energia e Economia concordam, porém, sobre a necessidade de mudar as regras de exploração do pré-sal para a concessão (em que todo o óleo é da empresa e o governo recebe mais no momento do leilão). Mas trazer essa mudança para os atuais contratos, porém, também é um foco de divergência entre as duas equipes.

A equipe da Economia avalia a possibilidade de converter os atuais contratos de partilha em concessão, enquanto o MME também acredita que isso possa gerar uma guerra jurídica em contratos já em vigor. Há diferenças de conteúdo local, royalties e tributos entre os dois regimes que precisam ser equacionados.

Procurados, os ministério de Minas e Energia e da Economia enviaram ao GLOBO uma nota conjunta na qual citam o papel da PPSA e lembram que ela não detém a titularidade das reservas. As pastas dizem não haver “qualquer divergência no seio do governo sobre os destinos da PPSA”.

“O que está em curso é um debate sobre a monetização do óleo da União, apartado de qualquer discussão sobre liquidação da empresa e focado nos melhores resultados que esse processo possa agregar aos interesses do país”, diz o texto.

Outras privatizações

Os entraves para a PPSA se somam a outras dificuldades já enfrentadas por Guedes para vender outras estatais.

A venda da Eletrobras foi proposta pelo governo há um ano, mas até agora não avançou. O ministro já assinou o projeto de lei para a privatização dos Correios, mas o texto não foi ainda enviado ao Congresso, e a previsão é que a venda só ocorra no fim do próximo ano.

O ministro não explica com clareza do que se trata o plano de privatização do Porto de Santos, que está sendo tocado pelo Ministério da Infraestrutura. Os estudos estão sendo feitos pelo BNDES. A previsão é de fazer a privatização em 2022.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 27/11/2020

EMPRESAS DE SIDERURGIA E METALURGIA FLUMINENSES NA CADEIA DO AÇO PODERÃO TER ICMS A 3%

Com alíquota reduzida, governo espera atrair novos negócios para o segmento da indústria metalmeccânica



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/22459632-fea-578/FT1086A/652/xaco-2.jpg.pagespeed.ic.bfycCz_K-S.jpg

Funcionário da CSN, em Volta Redonda: empresas de siderurgia e metalurgia do Estado do Rio poderão aderir a novo regime de tributação de ICMS Foto: Júlio César Guimarães / Agência O Globo

RIO - Empresas do setor metalmeccânico fluminense na cadeia do aço poderão aderir ao novo regime tributário do ICMS a partir desta sexta-feira. O governador em exercício do

Estado do Rio, Cláudio Castro, assinou nesta quinta-feira a regulamentação da Lei 8.960/20, de julho último, que estabeleceu a redução da alíquota de ICMS para 3%. Ficam agora definidas as categorias dos setores de metalurgia e siderurgia que poderão aderir.

— Essa legislação veio para corrigir uma distorção que havia no Estado, porque havia uma redução da alíquota concentrada em alguns municípios. Mas alguns que são chave nesse setor não integravam esse grupo. Agora, vamos permitir que as empresas se instalem de forma livre e de acordo com o melhor encadeamento logístico e produtivo — explica Guilherme Mercês, secretário estadual de Fazenda.

Uma lei de 2015 garantia a redução do ICMS à indústria de forma geral 45 municípios, em que a alíquota do imposto já era de 3%. Cidades como Volta Redonda, no entanto, endereço da siderúrgica CSN, não constavam dessa lista. No restante do Estado, a alíquota era de 20%.

Empresas que não estiverem dentre os segmentos de siderurgia e metalurgia contemplados pela nova legislação seguirão recolhendo as alíquotas atuais.

Há um ano, o governo estadual tentou implementar o regime por meio de decreto, o que acabou não sendo possível. Com isso, foi preciso reabrir o debate, e formatar um projeto de lei.

Mercês afirma que a estimativa é que a redução da alíquota colabore para o aumento da geração de empregos e da arrecadação do Rio de Janeiro.

— O Estado do Rio tem hoje a maior taxa de desemprego do país. E, com a redução da alíquota, já há demanda de empresas da cadeia metalmeccânica dispostas a se instalarem aqui. A CSN, sozinha, estima mais cinco mil postos de trabalhos com novos negócios que vão se instalar em seu polo produtivo no Sul Fluminense — afirma o secretário.

O setor metalmeccânico representa aproximadamente um terço do PIB fluminense, segundo dados do Simme, sindicato que reúne a indústria desse segmento. São empresas que atuam como fornecedoras para a grande indústria, abastecendo grandes companhias de óleo e gás, mineração e siderurgia.

— Sem essa cadeia nessa indústria de base, as grandes companhias de siderurgia e do setor automotivo compravam de fornecedores fora do Rio. Esperamos atraí-los — diz Mercês.

A catarinense Perfimax, de aços planos, abriu uma unidade produtiva em Pinheiral, ao lado de Volta Redonda, para atuar conectada às demandas da CSN:

— O projeto ficaria em Santa Catarina, mas avaliamos que teríamos mais competitividade aqui. Investimos R\$ 18 milhões na filial fluminense e já estamos produzindo cinco mil toneladas por mês, com 20 empregos diretos gerados. A meta é adicionarmos novas linhas de produtos até o

fim de 2021, chegando a 60 ou 70 postos de trabalho — conta Lucas Martarello, diretor da companhia.

Rentabilidade pressionada

Érica Machado de Melo, presidente do Simme, concorda que a vantagem da nova legislação está em estimular o encadeamento metalmeccânico no Estado:

— A regulamentação inclui atividades que vão da fabricação ao tratamento de metais, não se restringe ao beneficiamento do aço. Essa cadeia vinha perdendo competitividade para outros estados com alíquotas de ICMS menores, como Minas Gerais e São Paulo. O custo menor pode melhorar o preço e atrair novos negócios.

A executiva pondera ainda que a redução de custo poderá ajudar também o setor que vem sofrendo com a escassez e a alta no preço de insumos.

— A indústria metalmeccânica, apesar da recuperação dos últimos 60 dias, enfrenta uma queda de rentabilidade importante. Alguns metais mais que dobraram de preço em menos de cinco meses, há falta de insumos. Atividades como as de usinagem e calderaria estão sendo muito prejudicadas neste momento. As margens ficaram ainda menores, falta capital de giro aos empresários — alerta Érica.

Ela frisa que, para que venha avanço efetivo, é preciso fazer também investimento em logística e que o governo federal faça reformas estruturantes, principalmente a tributária.

O novo regime prevê, além da redução da alíquota do ICMS, também o diferimento do imposto na compra de insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos em outros estados do país ou no exterior, contanto que não exista similar produzido no Rio de Janeiro.

A lista completa com as categorias beneficiadas pelo novo regime de tributação será publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 27/11/2020

SETOR PRIVADO TEM EM ESTOQUE R\$ 1,2 BILHÃO EM TESTES DE COVID PRÓXIMOS DO VENCIMENTO

Por Mariana Barbosa

Empresas de diagnóstico laboratorial têm em estoque mais de 7 milhões de kits de testes para detecção de Covid-19 que estão perto do fim do prazo de validade. Considerando o valor de venda ao consumidor final, trata-se de uma receita de R\$ 1,2 bilhão que está para ser perdida, segundo cálculos da Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial (CBDL), que reúne fabricantes e importadores.

Os testes foram importados em um momento em que havia consenso de que a pandemia só seria controlada e a atividade econômica normalizada com um aumento massivo de testagens. Empresas como Vale e Petrobras encomendaram grandes lotes para testar funcionários e importadoras fizeram suas encomendas para abastecer o setor público e privado. Porém, a demanda ficou aquém do esperado — e o ritmo de testagem no país só voltou a subir a partir de outubro, com maior intensidade em novembro.

O Brasil chegou a importar quase 40 milhões de kits — número que soma setor privado e público, em diferentes tecnologias, incluindo testes rápidos. Pelas contas oficiais, foram realizados 22 milhões de testes desde o início da pandemia.

Os testes em estoque no setor privado se somam ao lote de 6,8 milhões de kits do Ministério da Saúde que estão parados em um armazém em Guarulhos — e que têm prazo de validade entre dezembro deste ano e janeiro de 2021, como revelado pelo jornal O Estado de São Paulo no último domingo.

Os testes importados pelo país ganharam uma validade padrão de seis meses. O prazo foi estabelecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por precaução, por meio de uma resolução aprovada em março cujo objetivo era dar mais agilidade ao processo de autorização dos testes, diante da emergência da pandemia.

A validade dos lotes importados pelo setor privado varia de novembro a fevereiro. A CBDL argumenta que a validade estabelecida pela agência é "cartorial" e que a validade efetiva dos kits estaria entre de 12 e 18 meses.

Saiba mais: Ministério da Saúde tem R\$ 3,4 bilhões 'parados' desde maio no orçamento emergencial de combate à Covid-19

— Desde agosto estamos trabalhando com a Anvisa na construção de um modelo regulatório adequado para lidar com esta questão de forma responsável e segura — diz o presidente executivo da CBDL, Carlos Eduardo Gouveia.

A Anvisa tem permitido ampliar a validade para novas importações, seguindo os novos prazos estabelecidos pelos fabricantes. Mas na segunda-feira, a agência rejeitou o pleito de revalidar os lotes já importados com base na legislação vigente, que veda a revalidação de kits de diagnóstico.

Um dos principais problemas, para a agência, estaria no manuseio dos lotes para atualizar as datas, que poderiam gerar complicações.

Com a negativa da Anvisa, a CBDL aguarda agora uma definição sobre os lotes importados pelo Ministério da Saúde. O entendimento é que se eventualmente a Anvisa conceder extensão da validade dos kits adquiridos pelo Ministério da Saúde, a decisão poderá beneficiar os demais importadores.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 27/11/2020

'DIPLOMATICAMENTE, ESTÁ ERRADO', DIZ MOURÃO SOBRE REAÇÃO DA CHINA A FALA DE EDUARDO BOLSONARO

Vice-presidente concordou com Itamaraty e disse que assunto não deveria ter sido tratado em rede social

Por Daniel Gullino

BRASÍLIA — O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou nesta sexta-feira que concorda com a crítica feita pelo Ministério das Relações Exteriores à embaixada da China, por ter rebatido por meio de uma rede social declarações do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Mourão disse que "diplomaticamente, está errado" fazer reclamações dessas de forma pública.

Na segunda-feira, Eduardo criticou, em uma publicação no Twitter, a "espionagem da China". A embaixada da China divulgou, na mesma rede social, uma reclamação contra a fala do deputado, endereçada ao governo brasileiro. O Itamaraty, então, enviou uma carta à embaixada repudiando a forma como a representação do país asiático reagiu à declaração de Eduardo.

— Eu acho que, diplomaticamente, está errado isso aí. É a segunda vez que o embaixador chinês reage dessa forma. Dentro das convenções da diplomacia, o camarada se sentindo, vamos dizer, incomodado com qualquer coisa que tenha ocorrido no país, ou ele escreve uma carta para o ministro de Relações Exteriores ou ele vai ao Itamaraty e apresenta suas ponderações. E não via rede social, porque aí vira um carnaval esse negócio — disse Mourão, ao chegar ao Palácio do Planalto.

O vice-presidente acrescentou:

— Então, o que o Itamaraty coloca está muito correto.

Ao dizer que é a "segunda vez que o embaixador chinês" reage dessa forma, o vice-presidente fez referência a um episódio de março, também envolvendo Eduardo Bolsonaro. Na época, o embaixador Yang Wanming criticou, também pelo Twitter, o parlamentar por ter responsabilizado a China pela pandemia do novo coronavírus.

Apesar de se opor à forma da crítica feita pela China, na quinta-feira Mourão tentou minimizar a declaração de Eduardo, dizendo que se tratava apenas da opinião de um parlamentar e que não alterava o trabalho do governo.

No mesmo dia, participou de um evento promovido pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e ressaltou os laços comerciais entre os dois países.

Nesta sexta-feira, questionado se o governo deveria aconselhar Eduardo a abaixar o tom, Mourão disse que não saber, mas ressaltou que Eduardo apagou a publicação que tratava da China e que deve ter sido aconselhado a isso:

— Essa questão não está afeita a mim. Ele postou e depois apagou. Acho que ele deve ter recebido alguma recomendação para tirar aquilo.

Fonte : O Globo - RJ

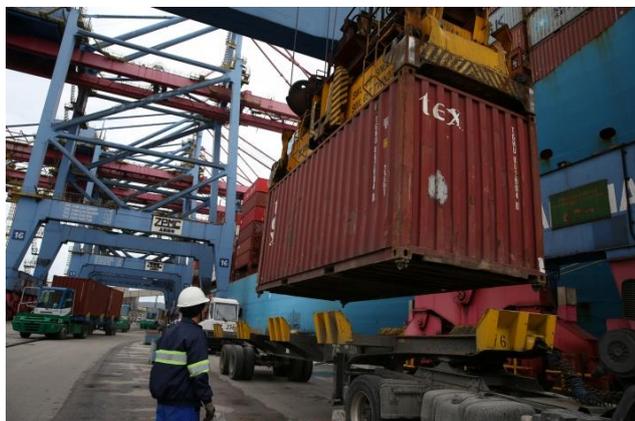
Data : 27/11/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

SANTOS BRASIL: MELHORIAS NO PORTO DEVEM FAZER AÇÃO STBP3 CRESCER 40%

Ágora projeta papel a R\$ 7 no fim de 2021



https://einvestidor.estadao.com.br/wp-content/uploads/sites/715/2020/11/20201103t180332z-1-lynxmpega21hf-rtrotp-4-brazilviolencecocaine_261120200314.jpg

Container sendo descarregado no Porto de Santos (SP) (Foto: Amanda Perobelli/Reuters)

A Santos Brasil (STBP3) informa em comunicado que concluiu as últimas obras civis do projeto de modernização do Tecon Vila do Conde, terminal de contêineres localizado em Barcarena (PA)

Além disso, terminais privados e públicos no

Porto de Santos anunciaram R\$ 2,6 bilhões em investimentos para melhorar a infraestrutura operacional e local

A Santos Brasil (STBP3), do setor de operações portuárias e logísticas, informa em comunicado que concluiu as últimas obras civis do projeto de modernização do Tecon Vila do Conde, terminal de contêineres localizado em Barcarena (PA). No total, foram 25 meses de obras que contemplaram a pavimentação em concreto de 36.000 m² de pátio para armazenamento de contêineres e a construção de dois novos gates e de espaços destinados a vestiários e refeitórios para os colaboradores.

Entre 2018 e 2019, a Santos Brasil realizou investimentos da ordem de R\$ 60 milhões na unidade, em obras civis e equipamentos de pátio e cais.

Além disso, terminais privados e públicos no Porto de Santos anunciaram R\$ 2,6 bilhões em investimentos para melhorar a infraestrutura operacional e local. Esse valor não inclui R\$ 1,4 bilhão a ser investido nos dois terminais de celulose recém-leiloados a serem administrados pela

Eldorado e pela Bracell, e o leilão de dois terminais para granéis líquidos que acontecerá em 2021.

Essas informações devem beneficiar a ação da Santos Brasil, que estava sendo negociada em torno de R\$ 5 na quinta-feira, 26. Para a Ágora Investimentos, o upside do papel STBP3 é de, aproximadamente, 40%.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 27/11/2020

CONGRESSO QUER REFIS PARA NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS GERADAS COM A PANDEMIA

Rodrigo Maia abriu caminho para tramitação de projeto que cria um 'programa extraordinário' para o pagamento de débitos; do total de dívidas contabilizadas pelo governo nos últimos anos, Tesouro vê chance de recuperar só 18%

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A pandemia aumentou a pressão por um Refis da covid-19, com parcelamento de débitos das dívidas de empresas e pessoas físicas, que cresceu com a volta do pagamento dos impostos que tinham sido suspensos. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), deu encaminhamento a projeto de lei que cria o Programa Extraordinário de Regularização Tributária durante a pandemia. Desde maio, o projeto estava esperando o despacho de Maia para seguir a tramitação nas comissões na Câmara. O novo Refis foi apresentado pelo deputado Ricardo Guidi (PSD-SC). Já há requerimentos para votação da urgência (ou seja, furar a fila para apreciação no plenário).

Guidi defende sua proposta de lei como exemplo de medida fiscal adotada internacionalmente, em razão da pandemia, em especial por países como Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul, Reino Unido, Itália, Alemanha e França. Com a volta da cobrança dos impostos, os contribuintes precisam pagar no mesmo mês duas vezes o mesmo imposto: o valor que estava suspenso e o do mês corrente.

Na área técnica do Ministério da Economia, no entanto, há uma avaliação de que quanto mais Refis são abertos, um número maior de contribuintes deixa de pagar regularmente os tributos.

Números apresentados pelo Tesouro Nacional mostram que o governo tem a expectativa de recuperar apenas 18% (ou R\$ 441 bilhões) do total da dívida ativa acumulada pela União nos últimos anos – a maior parte de impostos e contribuições ao INSS. Quase R\$ 2 trilhões da dívida ativa já são considerados como perdidos. É o chamado ralo tributário, que na prática retira recursos do Orçamento. Os números foram incluídos em relatório sobre os riscos fiscais do governo divulgado ontem pelo Tesouro.

Para o Ministério da Economia, o alto valor reforça a necessidade de avançar na reforma tributária para simplificar a tributação e diminuir as brigas na Justiça entre o Fisco e os contribuintes.

Ainda de acordo com os dados do Tesouro, o valor do estoque de ações judiciais contra a União aumentou 324% de 2014 até junho de 2020, passando de R\$ 560 bilhões para R\$ 2,37 trilhões, sendo 66% de perda possível e 34% de perda provável, com elevada concentração de ações de natureza tributária (inclusive previdenciária). A realização de despesas anuais decorrentes de perdas judiciais tem acompanhado este movimento ascendente: enquanto em 2014 esse gasto foi de R\$ 19,8 bilhões, para 2020 a estimativa chega a R\$ 54 bilhões.

Defesa

Para o ex-secretário-adjunto da Receita Federal Paulo Ricardo Cardoso, neste momento de forte crise econômica a possibilidade de negociação das dívidas tributárias poderia salvar empregos e empresas, e um novo parcelamento poderia se justificar "diferentemente dos Refis do passado, que não tinham fundamentos econômicos". "Nunca tivemos crises tão fortes no passado quanto esta que justificassem aqueles Refis", afirmou.

O ex-secretário defende a adoção de mecanismo para favorecer os bons contribuintes, que só não se manteriam de forma regular por não terem atividade econômica e disponibilidade financeira, resultado do forte recuo da atividade econômica principalmente no 1.º semestre. “Em geral, a dívida que não é paga, que é rolada a cada Refis, não é dos bons contribuintes, mas dos devedores contumazes”, diz

O tributarista Luiz Bichara, da Bichara Advogados, avalia como difícil a aprovação este ano do projeto, que tem de tramitar ainda nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e Tributação. “Acredito que depende também do sucesso da transação tributária. Se vingar, diminui a pressão por Refis”, avalia Bichara.

Para ele, a transação está evoluindo bem, com uma postura elogiável da Fazenda Nacional no sentido de resolver a situação concreta dos contribuintes, reconhecendo o momento peculiar de crise aguda. A transação é uma espécie de “Refis caso a caso” e permite descontos nas dívidas em atraso de até 70% para as empresas e 50% para pessoas físicas.

Para Bichara, não basta debater só a reforma tributária, mas sim métodos melhores de cobrança. “Sabe qual o índice de recuperabilidade dos últimos anos? 1%”, aponta. Na sua avaliação, o governo federal deveria tratar os créditos que ele próprio considera como irrecuperáveis como as empresas tratam seus créditos podres. “Por que não vende, então? Faz um leilão. Se conseguir 10%, dá quase a arrecadação gerada com a repatriação”, sugere.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 27/11/2020

NOVA LEI DE FALÊNCIAS MUDA CULTURA DA “VANTAGEM” E CRIA RESPONSABILIDADES, DIZ FELSBERG

Por Cynthia Declodt

A nova lei de falências aprovada ontem pelo Senado, em gestação há vários anos, promove mudanças em um “status quo”, no qual uma grande parte dos envolvidos, durante muito tempo, buscou resguardar direitos ou tirar vantagem em um processo de insolvência e recuperação de empresas. Sobretudo, implica em um compartilhamento de responsabilidades, o que pode até não ser bem visto, mas que significa um potencial maior de recuperação das empresas, já que o processo passa a ser colaborativo.

A opinião é do advogado e especialista em insolvência e recuperação de empresas, Thomas Felsberg, fundador do escritório que carrega seu nome e é um dos mais tradicionais no assunto. Felsberg foi responsável pela assessoria jurídica do primeiro caso conduzido sob a regência da lei atual, criada em 2005, e agora modificada pela primeira vez.

Compartilhar responsabilidades, ao que Felsberg menciona, vem do fato de que a nova lei exigirá dos envolvidos a busca de um melhor termo em torno de um plano para colocar novamente a empresa em pé. Credores, por exemplo, que sempre tiveram uma posição desconfortavelmente passiva na elaboração dos planos, terão direito de apresentar uma proposta alternativa caso o do devedor, que sempre foi soberano, não agrade.

O especialista nota que, ao mesmo tempo, os credores terão de assumir responsabilidades se a opção for a apresentação de um novo plano. Isso vale para os bancos, que normalmente são os maiores credores e tem dívidas que por lei não são sujeitas à renegociação por meio da recuperação judicial, uma situação, que muitas vezes, emperra os processos. “Não será a cobrança puramente de suas dívidas que caberá aos credores. Agora eles têm de se preocupar com um poder que não tinham. Com o direito vem a responsabilidade”, afirma.

Felsberg cita que o compartilhamento vem também nas alterações relacionadas ao Fisco, que “entendeu que cobrar a qualquer custo é ruim para ele, e isso está refletido na nova lei”. Na versão aprovada ontem, as dívidas com a Receita Federal passam a ser incorporadas no fluxo do pagamento das empresas, assim como o imposto que é gerado sobre o desconto na dívida da empresa para recuperar a companhia, o famoso haircut, em inglês.

Na verdade, o advogado entende que a nova lei é o resultado de uma evolução na cultura brasileira que vem ocorrendo nos últimos anos em relação à recuperação judicial e por parte das empresas. Ele lembra que quando a lei de 2005 foi concebida, a busca foi de equilíbrio de forças entre devedores e credores, mas que resultou em processos complexos e litigiosos. Mas muitos desses aspectos litigiosos também acabaram, por outro lado, trazendo mudanças na postura dos envolvidos.

Felsberg nota que já existe uma percepção crescente de que a insolvência não é calote, mas resultado de determinados fatores econômicos que nem sempre depende dos empresários, ainda que possa haver erros na condução do negócio dos empresários. “Essa percepção se traduz no seguinte: não é uma questão de se apropriar, mas colaborar no processo de recuperação”, acrescenta.

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 27/11/2020

PREVISIBILIDADE É PRIORIDADE DA VALE NA NEGOCIAÇÃO NO ACORDO DE BRUMADINHO

Por Mariana Durão

Previsibilidade é a palavra de ordem da Vale na negociação do acordo com o governo de Minas e o judiciário, na ação de R\$ 54,6 bilhões do caso Brumadinho. A mineradora quer que o texto fechado (se possível) até 9 de dezembro, data da próxima audiência, traga segurança quanto a desembolsos futuros e ações judiciais. A meta é fechar um acordo definitivo, que ponha uma pá de cal nas quatro ações civis públicas de que a Vale é alvo e impeça a abertura de outras. Já está definido que elas serão extintas em relação aos temas tratados no acordo. No resto, seriam consolidadas. O pacote exclui ações individuais de indenização.

Pleito. A Vale tem R\$ 11 bi bloqueados ou dados em garantia nas ações. Uma possibilidade é a liberação gradual de valores pela Justiça para a execução do acordo.

Sem consenso. A mineradora disse em nota oficial que não há valores fechados para o eventual acordo, só especulação. Uma primeira petição e o governo de Minas fala em pouco mais de R\$ 21 bilhões. A Vale contratou a consultoria Tendências para contestar o cálculo de impacto econômico de R\$ 26,7 bilhões feito pela Fundação João Pinheiro para o governo mineiro. O parecer fala em “falhas metodológicas” e “pressupostos questionáveis”. Outros R\$ 28 bilhões se referem a danos morais e coletivos.

Alternativa Há divergências quanto à quitação de obrigações. Em um dos modelos, a Vale entregaria um valor fixo para cobrir danos ao Estado, bancando projetos de mobilidade e infraestrutura. Caberia ao Estado de Minas executar as obras, sob fiscalização do judiciário, sem participação da Vale.

Outros modelos. Nas obrigações de fazer, a Vale pleiteia avaliação objetiva e técnica das entregas. É o caso da reparação socioambiental, em que a mineradora executaria o plano da consultoria Arcadis. O custo é estimado em R\$ 3 bilhões, sem teto. O MP deseja a criação de um Comitê Gestor Interfederativo, com entidades e representantes dos atingidos julgando as entregas da Vale.

Ajuda. As tratativas envolvem também a prorrogação do auxílio emergencial pago aos atingidos pelo rompimento da barragem. Os autores da ação tentam manter o pagamento até o fim de 2021. A Vale quer reduzir o número de beneficiários, hoje em torno de 100 mil. A companhia não comenta.

<http://www.broadcast.com.br/produtos/broadcastplus/>

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 27/11/2020

ACORDO PARA APROVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA ESTÁ PERTO, DIZ BALEIA ROSSI

Segundo o autor da proposta, texto pode ser aprovado na Câmara até o final do ano; expectativa é que Guedes encaminhe algumas sugestões na semana que vem

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, deputado Baleia Rossi (MDB-SP), disse ao Estadão que está próximo um acordo com o governo para a aprovação da proposta na Câmara até o fim do ano.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/9/1606445757793.jpg>

Seria muito prejudicial ao País não votar a reforma até o recesso parlamentar de dezembro, disse Baleia Rossi. Foto: Dida Sampaio/Estadão

Em manifesto, 72 entidades do setor de serviços tentam barrar reforma tributária neste ano

Segundo ele, há convergência com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e o líder do governo, Ricardo Barros (PP-

PR), para incluir na proposta medidas que aumentem a chamada progressividade (para que quem ganha mais pague proporcionalmente mais tributos) do sistema tributário brasileiro. Hoje, o sistema é altamente regressivo, ou seja, penaliza os mais pobres.

Essa é uma demanda, sobretudo, dos partidos de esquerda na Câmara. Segundo apurou o Estadão, o relatório de Ribeiro deve incluir a volta da tributação de lucros e dividendos (a parcela do lucro distribuída aos acionistas de uma companhia), redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), aumento da tributação de herança e fixação de um "IPVA" para aeronaves e embarcações.

"É verdade que estamos próximos de um acordo. O próprio ministro Guedes, nas observações que ele fez, podem ser contempladas. E outras sugestões poderão vir por parte do governo", disse Baleia Rossi. Segundo ele, a expectativa é que na próxima semana o ministro encaminhe as sugestões. "O tema reforma está absolutamente maduro. Seria muito prejudicial ao País não conseguirmos votar até o recesso parlamentar de dezembro", avaliou.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 27/11/2020

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA ATINGE EM NOVEMBRO MAIOR VALOR DESDE 2010, DIZ FGV

Indicador avançou 1,9 ponto em novembro, atingindo 113,1 pontos

Por Valor — São Paulo

O Índice de Confiança da Indústria (ICI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), avançou 1,9 ponto em novembro, atingindo 113,1 pontos, o maior valor desde outubro de 2010 (113,6 pontos).

“O resultado da sondagem de novembro mostra recuperação surpreendente da confiança do setor industrial, principalmente devido às avaliações muito positivas sobre o momento atual. De maneira geral, a demanda foi considerada como forte e o indicador de estoques bateu novo recorde. Pelo lado das expectativas, houve ajuste, mas a maioria dos segmentos ainda apresenta otimismo. Apesar da queda dos indicadores de produção prevista e emprego previsto, ambos permanecem em nível elevado, sugerindo que tanto a produção como o pessoal ocupado continuariam aumentando nos próximos três meses. A boa notícia é o avanço do indicador de tendência dos negócios que, embora não tenha recuperado totalmente as perdas observadas em março e abril – mostrando que ainda há cautela por parte dos empresários -, sinaliza que o setor esteja mais otimista para o início de 2021 do que estava para 2020”, diz Renata de Mello Franco, economista da FGV, em comentário no relatório.

Em novembro, 12 dos 19 segmentos industriais pesquisados registraram aumento da confiança, e 15 estão em nível acima de fevereiro desse ano. O resultado positivo do mês reflete exclusivamente a melhora da satisfação dos empresários em relação à situação corrente, já que houve ajuste das expectativas. O Índice de Situação Atual (ISA) aumentou 4,5 pontos, para 118,2 pontos, o maior valor desde dezembro de 2007 (118,9 pontos), enquanto o Índice de Expectativas (IE) teve leve recuo de 0,7 ponto, para 107,9 pontos.

O indicador que mede o nível dos estoques das empresas subiu 12,0 pontos, para 126,2 pontos, o maior valor da série histórica. A parcela de empresas que avaliam os estoques como insuficientes saltou de 10,6% para 15,7%, enquanto as que avaliam os estoques como excessivos caiu de 9,6% para 8,0%. Em relação aos demais indicadores, houve melhora de 2,6 pontos da demanda, para 112,9 pontos, e queda de 1,8 ponto da situação atual, para 113,7 pontos.

O indicador que mede o otimismo dos empresários com a evolução do ambiente de negócios nos seis meses seguintes foi o único componente do IE a apresentar resultado positivo, passando de 100,8 pontos para 104,4 pontos. Houve aumento da parcela de empresas que preveem melhora, de 45,7% para 49,0%, e queda das que projetam piora, de 11,0% para 8,2%. Em sentido oposto, o indicador de produção prevista recuou 4,8 pontos, para 108,8 pontos, enquanto o indicador de emprego previsto ficou relativamente estável, ao passar de 110,9 pontos para 110,3 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) ficou relativamente estável ao passar de 79,8% para 79,7%. Em médias móveis trimestrais o Nuci cresceu 1,4 ponto percentual (p.p.), de 77,8% para 79,2%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 27/11/2020

EXPORTADORES RECORREM À JUSTIÇA CONTRA TARIFA PARA ESCANEAMENTO DE CONTÊINER

Valores variam de R\$ 80 a R\$ 1 mil por unidade inspecionada pela Receita

Por Arthur Rosa, Valor — São Paulo



[https://s2.glbimg.com/4vbaV0YHug54a2fO23R72SlmaLA=/0x0:1024x687/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/a/O/of40xkSl6TBT5V5XQ2XA/porto-de-itajai.jpg](https://s2.glbimg.com/4vbaV0YHug54a2fO23R72SlmaLA=/0x0:1024x687/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/a/O/of40xkSl6TBT5V5XQ2XA/porto-de-itajai.jpg)

Foto : Divulgação

Exportadores e importadores estão recorrendo à Justiça contra tarifa cobrada por operadores portuários para o escaneamento de contêineres — a inspeção não invasiva determinada pela Receita Federal. Na Bahia, há precedentes favoráveis, enquanto nos Estados de São Paulo

e Espírito Santo as poucas decisões de segunda instância são contrárias às empresas.

A tarifa pesa no bolso dos exportadores e importadores, que movimentaram, em 2019, mais de quatro milhões de contêineres. O valor é estabelecido por cada operador portuário. Varia de R\$ 80 a R\$ 1 mil por unidade, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que tentou pela via administrativa, sem sucesso, contestar a cobrança. E cogita agora recorrer ao Judiciário.

O pedido foi negado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A entidade considerou a tarifa legal, além de entender que não deveria estar incluída no pacote de serviços pago para a movimentação de cargas — o chamado box rate.

A tarifa começou a ser cobrada no país em 2012, de acordo com a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), depois de editada portaria pela Receita Federal para obrigar os operadores portuários a disponibilizarem, sem ônus para o órgão, equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres), além de pessoal habilitado, sob o comando do órgão.

A previsão está na Portaria nº 3.158, de 2011, que revogou uma norma do ano anterior, com posterior alteração na redação em 2014. A portaria regulamenta a Lei nº 12.350, de 2010, que atribui competência à Receita Federal para definir os critérios técnicos e operacionais para o alfandegamento.

Nos processos, as empresas alegam que a tarifa passou a ser exigida sem edição de uma lei específica e que deveria estar incluída no pacote de serviços oferecido pelos operadores portuários.

A argumentação foi aceita em liminar que beneficia a Associação de Usuários dos Portos da Bahia (Usuport). Na decisão (processo nº 1040602-44.2020.4.01.3300), o juiz Ávio Mozar José Ferraz de Novaes, da 12ª Vara Federal Cível do Estado, entendeu que a tarifa deveria estar incluída na cesta de serviços oferecida pelo terminal portuário, no caso o Tecon Salvador.

Ele cita norma da própria Antaq (Resolução nº 2.389, de 2012) neste sentido. Pelo artigo 11, de acordo com o magistrado, os valores gastos com serviços feitos para atender as determinações da autoridade aduaneira devem ser incluídos no box rate, “o que, por si só, ao menos nesta apreciação sumária, aparenta desautorizar a cobrança desses valores”.

Outra decisão beneficia uma empresa que atua na fundição e refino de cobre. A sentença foi proferida pelo juiz Carlos D’ávila Teixeira, da 13ª Vara Cível da Bahia. Ele considerou a tarifa ilegal e determinou o ressarcimento dos últimos cinco anos. Para o magistrado, trata-se de uma medida de segurança, decorrente do poder de polícia da Receita Federal, e que, portanto, a cobrança deveria ter sido estabelecida por meio de lei.

Ele acrescenta na decisão que, ainda que não se considere o escaneamento de contêineres um exercício do poder de polícia que implica na criação de taxa, “qualquer despesa para tornar possível o alfandegamento deve ser suportada pela empresa, uma vez que faz parte do negócio”.

Para o advogado que acompanha os dois casos, Fernando Antonio da Silva Neves, do escritório Fernando Neves Advogados e Consultores, falta suporte legal para a cobrança. “As empresas usuárias dos portos despendem indevidamente quantias exorbitantes pelo país afora e a Antaq se coloca numa posição de omissão de regulação”, diz. Ele destaca ainda a importância da liminar obtida pela Usuport, que poderá ser utilizada também por exportadores e importadores que se associarem à entidade, conforme determinação do juiz.

Em nota assinada por seu diretor-executivo, Demir Lourenço, o Tecon Salvador informa que está recorrendo de ambas decisões “e tem bastante convicção de que serão revertidas, uma vez que todo o seu procedimento está amparado na lei, devidamente regulamentado pela Antaq, que é a autoridade competente, e é praticado pelos terminais de todo o Brasil e do mundo”. E acrescenta: “Não há nenhuma irregularidade ou mesmo injustiça na cobrança pelos serviços”.

O diretor-executivo destaca ainda na nota que há decisões favoráveis aos terminais em outros Estados, entre eles o Espírito Santo. Um dos casos envolve o Sindicato das Indústrias de Rochas

Ornamentais de Cal e Calcário do Estado e o TVV Terminal de Vila Velha. Foi julgado pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), que reformou sentença da 6ª Vara de Vila Velha (apelação nº 0022823-39.2015.8.08.0035).

Em seu voto, o relator, desembargador Namyr Carlos de Souza Filho, considerou legal a cobrança da tarifa de inspeção não invasiva fora do denominado box rate. Para embasar seu entendimento, cita decisões da Antaq. Não há, segundo o julgador, “qualquer vedação à cobrança da prestação do serviço em relação às empresas que se prestam o serviço de infraestrutura portuária, tampouco impondo-lhes a arcar com os custos desse serviço”.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, também há decisão favorável aos terminais portuários, proferida pela 38ª Câmara de Direito Privado. Em seu voto, o relator, Fernando Sastre Redondo, afirma estar “evidenciada a ausência de ilegalidade na cobrança e no respectivo repasse ao exportador”. O processo foi ajuizado por empresa de celulose contra o Brasil Terminal Portuário, que atua no Porto de Santos.

No acórdão, o desembargador destaca ainda que há liminar obtida pela Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres contra norma editada pela Alfândega da Receita Federal no Porto de Santos para isentar da tarifa exportações para a Europa. A decisão suspende sentença contrária ao pedido da entidade (processo nº 1016049-07.2018.4.01.0000).

Advogado da empresa de celulose, Fábio Bendheim Santarosa, sócio do GDB Advogados, informa que já foi apresentado recurso contra a decisão do TJ-SP. “Os operadores estão transferindo o ônus. A taxa deveria estar embutida no box rate. Fazendo uma analogia, é como se as companhias aéreas passassem a cobrar uma tarifa para escanear nossas malas”, diz.

Em nota, o advogado da Abratec, José Roberto de Castro Neves, sócio do Ferro, Castro Neves, Daltro & Gomide Advogados, afirma que os custos inerentes ao escaneamento de contêineres sempre foram repassados aos usuários (exportadores e importadores), desde que as autoridades brasileiras impuseram esse procedimento por razões de segurança. E acrescenta que a Antaq já entendeu, em recente decisão, “que os custos decorrentes da inspeção não invasiva (escaneamento) não estão incluídos no valor do box rate pago pelos usuários, podendo ser objeto de cobrança específica”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 27/11/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SANTOS BRASIL CONCLUI OBRAS NO TECON VILA DO CONDE E IMPLANTA GATES AUTOMATIZADOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/11/2020 - 20:54



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170512-porto-de-vila-do-conde.jpg>

A Santos Brasil concluiu as últimas obras civis do projeto de modernização do Tecon Vila do Conde, terminal de contêineres localizado em Barcarena (PA). No total, foram 25 meses de obras que contemplaram a pavimentação em concreto de 36 mil metros quadrados de pátio para armazenamento de contêineres e a construção de dois novos gates e de espaços destinados a vestiários e refeitórios para os colaboradores.

Outra novidade é a automatização dos gates nas

entradas do terminal, agilizando o fluxo de caminhões e aumentando a segurança da informação e da carga. Desenvolvidos com base nas mais modernas estruturas de IoT (Internet of Things), os gates automatizados permitem a autenticação biométrica, o controle e gerenciamento de motoristas.

Atualmente, o Tecon Vila do Conde conta com quatro gates de entrada e dois de saída, piso de concreto em todo o seu pátio de armazenamento, que permite maior velocidade para a operação e maior capacidade de armazenamento. Dispõe de nove reachstackers, dos quais três acabaram de chegar ao terminal, substituindo equipamentos já existentes, para movimentação de contêineres no pátio, e três guindastes MHC sobre rodas que operam no cais para embarque e desembarque de mercadorias containerizadas ou cargas de projeto.

Entre 2018 e 2019, a Santos Brasil realizou investimentos da ordem de R\$ 60 milhões na unidade, em obras civis e equipamentos de pátio e cais. Estes investimentos proporcionaram um aumento substancial na produtividade do terminal..

Em 2019, o Tecon Vila do Conde movimentou mais de 104 mil contêineres. Em 2020, a demanda pela movimentação de cargas de projetos tem se destacado. Mesmo em meio à crise gerada pela pandemia do Covid-19, o terminal operou neste ano, até agora, 18 navios com este tipo de carga contra 15 em todo o ano passado.

O terminal celebra ainda uma outra marca importante: um ano sem acidentes de trabalho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/11/2020